



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 01
Proc: Nº 726/02

MENSAGEM Nº 048/02

Barueri, 30 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo Projeto de Lei Complementar que institui o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

Cabe observar, de início, que este Código mantém estrutura diferente da Lei nº 41, de 30.12.1970, estando dividido em 2 livros. O primeiro cuida do sistema tributário municipal, incluindo os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria, as sanções, o procedimento tributário e a responsabilidade dos agentes fiscais. O segundo livro trata das normas gerais, sendo composto, basicamente, por compilação do Código Tributário Nacional.

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, não houve alterações substanciais.

Apenas com relação aos proprietários de imóveis cujo terreno não exceda a 250 metros quadrados e com área edificada de até 70 metros quadrados, que, na legislação anterior eram beneficiários de isenção, o imposto passou a não incidir.

O imposto passou também a não incidir sobre os templos de qualquer culto, as sedes dos partidos políticos, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. Não incide, ainda, sobre as sedes das entidades filantrópicas, das entidades de assistência social, dos clubes esportivos que se dediquem exclusivamente à prática de esporte amador, das associações de pais e mestres dos estabelecimentos de ensino do Município e das sociedades de amigos de bairro do Município.

A base de cálculo e a alíquota permaneceram inalteradas e o lançamento do IPTU se dará de acordo com o estado do imóvel no dia 1º de janeiro de cada ano.

Foi incluído, no capítulo que trata do IPTU, norma para os responsáveis do parcelamento do solo. Ficam eles obrigados a fornecer, até o dia 1º de dezembro de cada ano, relação dos lotes que, no decorrer do ano, tenham sido alienados.

Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, houver alterações substanciais, tendentes a melhorar a arrecadação.

O ISSQN não incidirá sobre os permissionários do serviço público de transporte de passageiros por táxi, os serviços domésticos prestados por lavadeiras, faxineiras, copeiras, cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras, bem como sobre os eventuais serviços prestados pelos

4



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 02
Proc: N° 726/02

partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, entidades de assistência social, clubes esportivos que se dediquem exclusivamente à prática de esporte amador, as associações de pais e mestres dos estabelecimentos de ensino do Município e das sociedades de amigos de bairro do Município.

Deixou-se de isentar os serviços de construção civil contratados pelo Município. Essa medida influencia diretamente na melhoria da arrecadação municipal e do índice de participação do Município no – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

A lista de serviços, constante do Anexo I, da lei complementar foi compilada da Lei Complementar n° 56, de 15.12.1987.

Para efeito do recolhimento do ISSQN manteve-se a norma diretriz estabelecida no artigo 12, do Decreto-lei n° 406, de 31.12.1968.

Dentre outras alterações propostas, uma das principais é a constante do § 6º, do artigo 41, que impede que sejam excluídos da base de cálculo do ISSQN os materiais fornecidos pelo prestador e o valor das subempreitadas vinculadas à prestação dos serviços.

Esta alteração influenciará, direta e principalmente, o serviço da construção civil, que se utiliza do benefício.

A tese que vem sendo adotada por outros municípios para na discussão do disposto nas alíneas do § 2º, do artigo 9º, do Decreto-lei n° 406/68, e no inciso III, do artigo 151, da Constituição Federal, assim redigidos:

“Artigo 9º. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

...

§ 2º. Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

a) ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador de serviços;

b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

...”

“Artigo 151. É vedado à União:

...

III - Instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.”

O dispositivo transcrito contempla uma isenção, um mero benefício fiscal, concedido pela União, em 1968, sob as normas da Constituição Federal de 1967, que permitia tal abuso.

Porém, com a promulgação da Constituição Federal vigente, os legisladores constituintes entenderam que a União não mais poderia conceder e instituir isenções de tributos de outros entes da Federação. É o que dispôs o inciso III, do artigo 151.

Diante desse comparativo, cabe dizer que as alíneas do parágrafo 2º, do artigo 9º, do Decreto-lei n° 406/68, não foram recepcionadas pela Constituição Federal promulgada em 1988.

Para esclarecer, entende-se como recepção o princípio segundo o qual, no momento em que uma Constituição começa a vigorar, recepciona toda legislação vigente, salvo se implícita ou explicitamente contrariá-la.

9



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 03
Proc: N° 726/02

Frise-se que o tema não é pacífico nos tribunais superiores, mas existem inúmeras decisões favoráveis aos Municípios.

A título de exemplo, no Recurso de Apelação nº 689.619-1, relatado pelo Juiz LUIZ SABBATO, em julgamento unânime do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo temos que:

“De se questionar, em segundo lugar, se tais deduções seriam possíveis após promulgada a sexta carta republicana.

Dedução é a parcela que se subtrai do crédito e, no direito civil, somente pode ser concedida pelo credor. No direito financeiro, se antes podia ser concedida por terceiro (a União), hoje cuida-se de prerrogativa exclusiva do poder tributante (CF/88, art. 151, III), pois outra não é a dedução, senão a extinção parcial da obrigação. Assim, na esteira do que dispõe o artigo 175 do Código Tributário Nacional, seja total ou parcial, acabará a isenção sempre por extinguir crédito tributário, no todo ou em parte.”

Tem-se, também, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 242.335-PR, no sentido de que a base de cálculo é o custo do serviço na sua totalidade.

O voto do Ministro GARCIA VIEIRA menciona que :

“A base de cálculo do ISSQN é a totalidade do serviço. No Recurso Especial nº 123.629-SP, DJ de 21.09.98, Relator Ministro Gomes de Barros, entendem esta Egrégia Turma que:

‘A base de cálculo para apuração do total do tributo devido é o custo do serviço em sua totalidade.

Não se deve excluir do cálculo do imposto o valor dos materiais adquiridos de terceiros.’

Nos embargos de declaração no Recurso Especial nº 123.528-SP, DJ de 16.03.98, Relator Ministro José Delgado, decidiu este que:

‘1 - Da base de cálculo do ISS não deve ser deduzido o valor dos materiais de construção utilizados pela prestadora de serviços.

2 - A base de cálculo para apreciação do total do tributo devido é o custo do serviço na sua totalidade.’

Dou provimento ao recurso para denegar a segurança.”

no voto-vista:

“Sr. Presidente, pedi vista para melhor examinar o tema, mas verifiquei que já temos precedentes no mesmo sentido, dizendo que:

‘A base de cálculo para a apuração do total do tributo devido é o custo do serviço na sua totalidade. Não se deve excluir do cálculo do imposto o valor dos materiais adquiridos de terceiros. Precedentes do STJ.’

Nossa jurisprudência está toda nesse sentido.

Acompanho o voto do Sr. Ministro Relator.”

Diante disso conclui-se que a isenção apenas pode ser concedida pela entidade que tributa.

9



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N°	04
Proc: N°	726/02

O Professor PINTO FERREIRA¹ ainda vai adiante sobre a isenção, comentando que:

“Só pode isentar quem pode tributar, quem possuir o direito de exigir o tributo, isto é, só o sujeito a fim da relação tributária pode conceder isenções. A União não pode isentar tributos estaduais, do Distrito Federal ou dos Municípios. Tais isenções apenas podem ser concedidas por meio de legislativo competente: Lei estadual para tributos estaduais e leis municipais para os tributos municipais.”

A lição do Professor BERNARDO RIBEIRO DE MORAES² está no mesmo sentido:

“O Poder de isentar pressupõe poder de tributar. A exclusão do crédito tributário deve emanar do próprio Poder Público competente para exigir o tributo, mesmo porque somente a entidade competente é que poderá reconhecer sua capacidade financeira para atender as despesas e aos compromissos assumidos. Somente a entidade competente é que poderá conceder aos impostos que lhe cabem.

Assim, na competência tributária acha-se implícita, como consectário lógico, o poder de isentar. Somente pode isentar quem detém a competência para tributar.

Não pode a União, os Estados e os Municípios invadir a esfera de competência tributária um do outro, isentando de impostos devidos a qualquer uma das entidades políticas e a elas atribuídos na discriminação constitucional de rendas. Seria isso fazer-se cortesia com o chapéu alheio.”

Portanto, a base de cálculo do ISSQN, neste caso, é o preço do serviço na sua totalidade, sem exclusão de qualquer material, o que fundamenta a alteração proposta, constante do § 6º, do artigo 41.

Ainda com relação ao ISSQN, duas seções merecem destaque. a primeira é a do arbitramento e a segunda a da estimativa.

O arbitramento, utilizado nos casos especificados nos incisos do artigo 43, traçou parâmetros para os Agentes Fiscais se pautarem na sua realização, durante a ação fiscal.

A outra novidade, nesse campo, está no recolhimento do ISSQN através de estimativa. Sempre quando o volume, natureza ou modalidade de prestação de serviço justificar, a critério da Administração, poderá ser utilizado este regime.

Utilizando-se de informações obtidas junto ao contribuinte, a Fazenda Municipal chegará a um montante estimado que será dividido em parcelas mensais. Havendo diferença caberá o complemento do pagamento ou a restituição do montante pago a maior, se for o caso.

A inscrição cadastral também passou por ligeira modificação. Agora todos estão obrigados a se cadastrar junto à Administração, inclusive as pessoas imunes e isentas do pagamento de impostos e taxas. Assim, os prestadores de serviço público de transporte por taxi, os prestadores de serviços domésticos, os templos de qualquer culto, os partidos políticos, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e assistência sem fins lucrativos, as entidades de assistência social, os clubes esportivos, as associações de pais e mestres dos estabelecimentos de ensino e as sociedades de amigos de bairro.

9

¹ in **A Constituição na Visão dos Tribunais – Interpretação e julgados artigo por artigo,**



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 05
Proc: Nº 726/02

Finalmente, com relação ao ISSQN, cabe dizer, sobre o teor da recentemente publicada Emenda Constitucional nº 37. Quando de sua publicação, formulou-se consulta à Secretaria dos Negócios Jurídicos, cujo parecer emitido pelo Colegiado de Procuradores Municipais serviu como uma luva para compor a questão.

A matéria foi devidamente tratada nas disposições finais do Projeto de Lei Complementar.

Para os contribuintes inscritos até o dia anterior ao da publicação da Emenda referida no parágrafo único, a garantia estender-se-á até o fim do mês de agosto do ano de 2007, adotando-se, para efeito do recolhimento do tributo, o Anexo I-A, de caráter transitório, sendo que após este prazo os referidos contribuintes deverão adotar o Anexo I;

Os contribuintes inscritos após o dia da publicação da Emenda referida no parágrafo único recolherão o tributo com alíquota reduzida apenas até 31 de dezembro de 2002, sendo que após este prazo deverão eles adotar o Anexo I;

Os contribuintes que se inscreverem a partir de 1º de janeiro de 2003 recolherão os tributos nos termos do Anexo I desta Lei Complementar.

Com relação ao Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título por ato oneroso, de Bens Imóveis e direitos reais a eles relativos – ITBI, não houve alterações.

A seguir, o Código passa a tratar das taxas, item constante do Título III, ainda do Livro I.

As taxas foram divididas em duas partes: as decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia e de serviços públicos.

As taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia, por sua vez, foram divididas nas de licença para localização, de licença e fiscalização de funcionamento em horário normal e especial, de licença para o exercício da atividade de comércio eventual ou ambulante, de análise de projeto, de licença para execução de obras particulares, de licença para publicidade e de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

A primeira taxa, de licença para localização, foi desmembrada da antiga taxa de licença para localização e funcionamento.

A finalidade da cobrança desta taxa é a diligência efetuada pelo agente fiscal, quando o estabelecimento estiver em fase de instalação no Município.

A segunda taxa, de licença para funcionamento em horário normal e especial é devida em razão do próprio funcionamento.

A taxa de licença para o exercício da atividade de comércio eventual ou ambulante, devida pela autorização do funcionamento e fiscalização, em razão do poder de polícia, não sofreu alterações substanciais. O que importará para a concessão da autorização e, conseqüentemente, cobrança será o disposto na legislação própria.

A taxa de análise de projeto é arrecadada em razão do poder de polícia e da fiscalização do urbanismo do Município. Todas as pessoas que desejam realizar qualquer obra poderão, depois da análise do respectivo projeto, se nas condições impostas na legislação urbanística, ter seu projeto aprovado.



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 06
Proc: Nº 726/02

Em consequência da aprovação do projeto, para o início da obra, o interessado deverá requerer o respectivo alvará. Para expedição do alvará o contribuinte deverá recolher a taxa de licença para execução de obras particulares.

A taxa de licença para publicidade seguiu os padrões da Lei Complementar nº 50, de 17.12.1996, sofrendo alterações apenas na forma de cálculo. A forma de cálculo é a disposta no Anexo VIII.

A taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos não sofreu alterações e seguiu o padrão adotado na lei em vigor.

Já as taxas de serviços públicos foram divididas em de expediente e de combate e extinção de incêndios. Não houve alterações.

Finalmente, o último tributo, a contribuição de melhoria, manteve o mesmo critério adotado na norma em vigor.

Ainda no livro I, tratamos das penalidades que podem ser impostas ao contribuinte. São elas: advertência, multa de 15 UFESP's, multa de 30 UFESP's, cassação da licença ou permissão, lacração, apreensão de bens, mercadorias e documentos, proibição de transacionar com órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do Município, suspensão ou cancelamento de benefícios, sujeição ao regime especial de fiscalização, multa de 30% sobre o valor de tributo omitido ou do montante apurado em sede de ação fiscal, além das penalidades impostas aos oficiais de registros públicos e multa de 35% para os contribuintes que, por exemplo, escriturarem livros com dolo, má-fe, fraude ou simulação, entre outros casos. Aqui também foram fixadas as penalidades impostas aos Tabeliões e aos Oficiais de Registro de Imóveis.

Tratou-se, também, neste título, da forma de atualização dos débitos dos tributos, da cobrança da multa moratória e dos juros de mora.

Os débitos serão indexados na UFESP, índice adotado para tanto e sofrerão multa de 0,33% ao dia, limitado a 10%, bem como a cobrança de juros de mora à razão de 1% a partir do dia seguinte ao do vencimento, tudo sobre o valor atualizado.

Cuidou-se, ainda, do procedimento tributário, que envolve as normas de prazos, ciência de atos e decisões, notificação de lançamento, da ação fiscal, do termo de fiscalização, da apreensão de bens, livros e documentos, do auto de infração, da consulta, do processo administrativo tributário e da responsabilidade dos agentes fiscais.

Houve mudança no processo administrativo tributário, principalmente na fase recursal.

Por fim, o último título do livro I, os crimes praticados por particulares contra a ordem tributária, que nada mais é do que a compilação de parte da Lei nº 8.137, de 27.12.1990.

O livro II traz compilação do Código Tributário Nacional.

Além de todo o relatado, as alterações mencionadas também visam dar maior dinamismo na arrecadação dos impostos, das taxas e da contribuição de melhoria.



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N°	07
Proc: N°	726/02

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito se dê a ela o tratamento a que faz alusão o artigo 61, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e a seus Nobres Pares meus protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
JAQUES ARTUR MUNHOZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de
BARUERI.



ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

LIVRO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Artigo 1º ao artigo 233

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º ao artigo 6º

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Artigo 1º ao artigo 4º

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Artigo 5º ao artigo 6º

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

Artigo 7º ao artigo 85

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Artigo 7º ao artigo 32

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Artigo 7º ao artigo 11

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Artigo 12 ao artigo 13

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 14 ao artigo 18

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO CADASTRAL

Artigo 19 ao artigo 23

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Artigo 24 ao artigo 30

SEÇÃO VI

DA ARRECADAÇÃO

Artigo 31 ao artigo 32

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 33 ao artigo 63



ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

LIVRO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Artigo 1º ao artigo 233

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º ao artigo 6º

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Artigo 1º ao artigo 4º

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Artigo 5º ao artigo 6º

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

Artigo 7º ao artigo 85

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Artigo 7º ao artigo 32

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Artigo 7º ao artigo 11

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Artigo 12 ao artigo 13

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 14 ao artigo 18

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO CADASTRAL

Artigo 19 ao artigo 23

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Artigo 24 ao artigo 30

SEÇÃO VI

DA ARRECADAÇÃO

Artigo 31 ao artigo 32

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 33 ao artigo 63



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 10
Proc: N° 726/02

SEÇÃO III
DA BASE DE CALCULO E DA ALÍQUOTA
Artigo 70 ao artigo 73

SEÇÃO IV
DA ARRECADAÇÃO
Artigo 74 ao artigo 85

TÍTULO III
DAS TAXAS
Artigo 86 ao artigo 140

CAPÍTULO I
DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE
POLÍCIA
Artigo 86 ao artigo 131

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR
Artigo 86 ao artigo 88

SEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL
Artigo 89 ao artigo 90

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Artigo 91 ao artigo 92

SEÇÃO IV
DA INSCRIÇÃO CADASTRAL
Artigo 93

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO
Artigo 94

SEÇÃO VI
DA ARRECADAÇÃO
Artigo 95

SEÇÃO VII
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO
Artigo 96 ao artigo 97

SEÇÃO VIII
DA TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO
NORMAL E ESPECIAL
Artigo 98 ao artigo 103

SEÇÃO IX
DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO
EVENTUAL OU AMBULANTE
Artigo 104 ao artigo 112



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls: N°	11
Proc: N°	726/02

SEÇÃO X
DA TAXA DE ANÁLISE DE PROJETO.
Artigo 113

SEÇÃO XI
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
Artigo 114 ao artigo 115

SEÇÃO XII
DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
Artigo 116 ao artigo 125

SEÇÃO XIII
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E
LAGRADOUROS PÚBLICOS
Artigo 126 ao artigo 129

CAPÍTULO II
DAS TAXAS DE SERVIÇO PÚBLICO
Artigo 130 ao artigo 138

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR
Artigo 130

SEÇÃO II
DA TAXA DE EXPEDIENTE E DA TAXA DE COMBATE E EXTINÇÃO DE
INCÊNDIOS
Artigo 131 ao artigo 132

SEÇÃO III
DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL
Artigo 133 ao artigo 135

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Artigo 136

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO
Artigo 137

SEÇÃO VI
DA ARRECADAÇÃO
Artigo 138

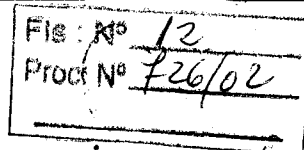
TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
Artigo 139 ao artigo 153

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR
Artigo 139



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO



SEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL
Artigo 140 ao artigo 142

SEÇÃO III
DO CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO
Artigo 143 ao artigo 144

SEÇÃO IV
DO PROCEDIMENTO
Artigo 145 ao artigo 147

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO
Artigo 148 ao artigo 151

SEÇÃO VI
DA ARRECADAÇÃO
Artigo 152 ao artigo 153

TÍTULO V
DAS SANÇÕES
Artigo 154 ao artigo 167

CAPÍTULO ÚNICO
DAS PENALIDADES EM GERAL
Artigo 154 ao artigo 167

TÍTULO VI
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
Artigo 168 ao artigo 230

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 168 ao artigo 175

SEÇÃO I
DOS PRAZOS
Artigo 169 ao artigo 170

SEÇÃO II
DA CIÊNCIA DOS ATOS E DECISÕES
Artigo 171 ao artigo 173

SEÇÃO III
DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
Artigo 174 ao artigo 175

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO
Artigo 176 ao artigo 192



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N°	13
Proc. N°	726/02

SEÇÃO I
DO INÍCIO DA AÇÃO FISCAL
Artigo 176 ao artigo 178

SEÇÃO II
DO TERMO DE FISCALIZAÇÃO
Artigo 179

SEÇÃO III
DA APREENÇÃO DE BENS, LIVROS, DOCUMENTOS E OUTROS
Artigo 180 ao artigo 187

SEÇÃO IV
DO AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA
Artigo 188 ao artigo 192

CAPÍTULO III
DA CONSULTA
Artigo 193 ao artigo 201

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Artigo 202 ao artigo 225

SEÇÃO I
NORMAS GERAIS
Artigo 202 ao artigo 208

SEÇÃO II
DA IMPUGNAÇÃO
Artigo 209 ao artigo 218

SEÇÃO III
DO RECURSO
Artigo 219 ao artigo 222

SEÇÃO IV
DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES
Artigo 223 ao artigo 225

CAPÍTULO V
DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS
Artigo 226 ao artigo 230

LIVRO II
DAS NORMAS GERAIS
Artigo 231 ao artigo 365

TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Artigo 231 ao artigo 244



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº	14
Proc. Nº	72402

TÍTULO II **DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA** Artigo 245 ao artigo 269

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** Artigo 245

CAPÍTULO II **DO FATO GERADOR** Artigo 246 ao artigo 250

CAPÍTULO III **DO SUJEITO ATIVO** Artigo 251

CAPÍTULO IV **DO SUJEITO PASSIVO** Artigo 252 ao artigo 258

SEÇÃO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** Artigo 252 ao artigo 254

SEÇÃO II **DA SOLIDARIEDADE** Artigo 255 ao artigo 256

SEÇÃO III **DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA** Artigo 257

SEÇÃO IV **DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO** Artigo 258

CAPÍTULO V **RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA** Artigo 259 ao artigo 269

SEÇÃO I **DAS DISPONIBILIDADES GERAIS** Artigo 259

SEÇÃO II **DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES** Artigo 260 ao artigo 264

SEÇÃO III **DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS** Artigo 265 ao artigo 266



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº	15
Proc: Nº	26/07

SEÇÃO IV
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES
Artigo 267 ao artigo 269

TÍTULO III
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 270 ao artigo 340

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 270 do artigo 272

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 273 ao 278

SEÇÃO ÚNICA
DO LANÇAMENTO
Artigo 273 ao artigo 278

CAPÍTULO III
DA SUSPENÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 279 ao artigo 295

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 279

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA
Artigo 280 ao artigo 283

SEÇÃO III
DO DEPÓSITO
Artigo 284

SEÇÃO IV
DO PARCELAMENTO
Artigo 285 ao artigo 295

CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 296 ao artigo 317

SEÇÃO I
DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO
Artigo 296

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO
Artigo 297 ao artigo 304



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 16
Proc: N° 726/02

SEÇÃO III
DO PAGAMENTO INDEVIDO
Artigo 305 ao artigo 309

SEÇÃO IV
DA REMISSÃO
Artigo 310

SEÇÃO V
DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO
Artigo 311 ao artigo 317

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 319 ao artigo 332

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 318 ao artigo 325

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO
Artigo 326 ao artigo 328

SEÇÃO III
DA ANISTIA
Artigo 329 ao artigo 332

CAPÍTULO VI
DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Artigo 333 ao artigo 340

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 333 ao artigo 335

SEÇÃO II
DAS PREFERENCIAS
Artigo 336 ao artigo 340

TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Artigo 341 ao artigo 357

CAPÍTULO I
DA FISCALIZAÇÃO
Artigo 341 ao artigo 348

CAPÍTULO II
DA DÍVIDA ATIVA
Artigo 349 ao artigo 354



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N°	17
Proc: N°	726/02

CAPÍTULO III
DA CERTIDÃO NEGATIVA
Artigo 355 ao artigo 357

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Artigo 358 ao artigo 365